

O desafio de valorar o que é imaterial

FOTO AMANDA OLIVEIRA

POR AMÁLIA SAFATLE

Em Avatar, ficção dirigida por James Cameron em 2009, a árvore simboliza a teia da vida que dá sustentação aos Na'vi, habitantes de Pandora. Interligados por uma espécie de rede “neural biobotânica”, os Na'vi têm na Árvore das Almas a representação da divindade, o lugar sagrado onde a vida se origina, se recarrega e se renova.

Esse simbolismo de Avatar é um bom exemplo dos serviços ecossistêmicos culturais (SEC): o capital natural que sustenta a existência dos seres vivos possui também significados intangíveis.

Em 1997, o economista Robert Costanza definiu os SEC como benefícios ou valores não materiais associados aos ecossistemas. Em 2005, The Millennium Ecosystem Assessment, considerada a “bíblia” dos serviços ecossistêmicos, expandiu essa conceituação: “São os

benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio de enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas”.

Isso envolve a diversidade cultural, os valores espirituais e religiosos, os sistemas de conhecimento, os valores educacionais, inspiracionais e estéticos, as relações sociais, o sentimento de pertencimento à localidade, a herança cultural, a recreação e o turismo.



FOTO ANDRÉ MELLAGI

Outro exemplo que ajuda a ilustrar os SEC, desta vez um fato real e em ambiente urbano, é o da prática religiosa afrodescendente em Salvador, Bahia. Por conta de um esforço em modernizar a cidade e alavancar o turismo, o governo local realizou uma série de obras de revitalização que atraíram o mercado imobiliário, mas por outro lado colocaram sob ameaça terrenos tradicionalmente dedicados à prática do candomblé e ao cultivo de plantas consideradas sagradas.

O avanço urbano vem diminuindo as áreas no entorno dos terreiros, que demandam áreas verdes, água nas imediações e devem ser erguidos na terra. A transferência para outro local não é concebida pela religião. “Colocamos toda energia no chão, no solo sagrado. Não dá para um terreiro ser transferido. É algo ruim”, explicou Edivaldo Bolagi, gestor cultural e frequentador do terreiro Ilê Asipá, à Revista Radis, ligada à Escola Nacional Saúde Pública Sergio Arouca (Fiocruz). (Leia mais aqui e no artigo Fatores Sócio-Culturais na Avaliação de Impactos Ambientais: O Caso da Periferia de Salvador, leia mais aqui)

NA VANGUARDA

Se os serviços ecossistêmicos são uma matéria relativamente nova para o mundo dos negócios, os SEC encontram-se ainda mais na fronteira do conhecimento empresarial. Além da complexidade que trazem ao cenário, os SEC impõem o desafio de traduzir essa sofisticada rede de valores para uma linguagem que o agente econômico compreenda e possa aplicar em sua tomada de decisão.

Segundo os maiores especialistas no assunto, o caminho não está em reduzir valores intangíveis e complexos como os culturais a uma planilha de coeficientes numéricos. Até mesmo The Economics of Ecosystems and Biodiversity (Teeb), que busca a valoração monetária dos serviços ecossistêmicos, reconhece o grande desafio de valorar SEC monetariamente.

Embora a diretriz seja a de não monetizar, há o desafio de

tangibilizar esses serviços, a fim de torná-los mais palpáveis para a gestão pública e empresarial. É preciso, portanto, encontrar outras formas de valoração que representem melhor a importância que as comunidades envolvidas dão aos serviços culturais. O próprio Teeb vem desenvolvendo propostas alternativas, tais como o desenho de um mapa participativo. (para saber mais leia a partir da página 66 do relatório Teeb para Formuladores de Políticas Locais e Regionais)

Tomando-se como exemplo uma geradora de energia que vá construir uma usina em uma floresta, caberia a esta empresa conduzir – sobretudo entre os públicos interessados, como as comunidades ribeirinhas e os povos indígenas diretamente afetados – um mapa da região no qual a população local possa indicar os elementos considerados de maior importância cultural e onde a interação com os serviços ecossistêmicos é mais significativa.

Mapeados esses elementos, a empresa buscaria resguardá-los o máximo possível, por exemplo ao deslocar o traçado de uma estrada para locais onde a importância é considerada menor.

Essa é uma avaliação que obtém robustez na medida em que congrega uma gama diversificada de especialistas, como economistas, antropólogos, biólogos, historiadores, sociólogos, entre outros, capazes de estabelecer com as comunidades afetadas um diálogo multifacetado.

Uma proposta de representação gráfica desses mapas participativos é indicar, por meio de cores, a importância dos locais e o que mais se encontra sob risco, formando uma espécie de “painel de controle”. Com base nesse mapa, a empresa faria uma leitura de tudo o que foi representado.

“Encontrar a melhor maneira de traduzir esse mapa para a linguagem empresarial é onde mais precisamos avançar”, diz Lívia Menezes Pagotto, gestora da iniciativa empresarial Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos (ID Local), do FGVces.

Outra dificuldade está na diferença de pontos de vista somada aos diversos aspectos culturais que esses serviços prestam, o que traz mais complexidade ao processo de valoração. Uma montanha, por exemplo, pode ter determinado grau de importância para uns pelo ângulo cênico, ter um significado diferente para outros do sob o aspecto recreativo e turístico, e ainda pode ser considerada sagrada para um terceiro grupo. Como conciliar visões tão subjetivas? Há muito o que desenvolver nesse campo do conhecimento.